



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 03 / 04 / 1954

Conceição de Maria Luísa Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ac. Deputado GUSTAVO NEIVA

para relatar.

Em 7 / 4 / 1954

Presidente do Conselho de Constituição  
do Poder Judiciário

**PROCESSO: AL-7858/14**  
**PROJETO DE LEI nº 17/14**  
**AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ.**  
**RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA**

**I- Do relatório**

Nos termos regimentais, veio a este Parlamentar para o devido parecer o Projeto de Lei nº 17/14 de autoria do Governo do Estado do Piauí.

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a proceder à doação da área de 2.212 m<sup>2</sup> pertencente ao Estado do Piauí, situado no Município de Bom Jesus-PI ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para a Construção do Fórum da Comarca de Bom Jesus-PI.

De acordo como Parágrafo único do artigo 3<sup>a</sup> de referido Projeto de Lei, cessadas as razões que justificam a sua doação, o imóvel descrito no caput (art. 3º) reverter-se-á ao patrimônio do Estado do Piauí, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Em apertada síntese, é o RELATÓRIO.

**II- Da fundamentação**

**II.1- Da constitucionalidade formal – por competência de iniciativa da proposição.**

A inteligência do art. 75, *caput*, da Constituição Estadual indica a competência para iniciativa da presente proposição por parte do Governo do Estado<sup>1</sup>.

**II.2- Da constitucionalidade material: atendimento aos requisitos constantes no art. 18 da Constituição do Estado do Piauí.**

Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado do Piauí e de suas entidades da administração indireta dependerá:

(...)

II - De autorização legislativa, quando o imóvel for do Estado, de suas autarquias ou fundações públicas.

---

<sup>1</sup> A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original).

*[Assinatura]*

(...)

§ 1º Os bens imóveis do Estado e de suas entidades da administração indireta não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita por terceiros, **salvo nos casos de assentamento de fins sociais ou de o beneficiário for órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera**, sempre mediante autorização legislativa, na forma prevista no inciso II do *caput*. (Grifo não constante do texto original).

Como se observa, o presente Projeto de Lei propõe doação do imóvel retro referido para a Construção do Fórum da Comarca de Bom Jesus, assim, não há que se olvidar dos fins sociais a que se destina, bem como por ter entender-se o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí como órgão público, mesmo que do Poder Judiciário, mas que exerce de forma atípica, também, a administração pública., estando, assim, dentro da exceção albergada no § 1º do Art. 18 da Constituição Estadual.

### III. Do voto do Relator:

Pelo exposto, ao sentir desta relatoria, o Projeto de Lei em tela encontra-se dentro dos parâmetros exigidos para a normal tramitação, no que opinamos por voto FAVORÁVEL a presente proposição.

### IV. Do voto da Comissão:

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

( ) Pelo **ACATAMENTO do voto do Relator:**

( ) Pela **REJEIÇÃO do voto do Relator:**

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 29 de abril de 2014.

APROVADO A UNANIMIDADE	
em 25	Op 14
Presidente da Comissão de	Dep. Gustavo Neiva
Justiça	Relator
Presidente da Comissão de	Dep. Emanoel Menezes
Justiça	em 05 / 06 / 14

*Stauvelly* *inguir*